



>> A compressão salarial e a fraude

Após a publicação do boletim económico de junho de 2026 do Banco de Portugal (BdP), muito se tem falado sobre a compressão dos salários em Portugal. Fala-se concretamente da aproximação do salário mínimo ao salário mediano, face à subida expressiva do salário mínimo verificada nos últimos anos, o que implicou uma subida do índice de Kaitz (rácio entre o salário mínimo e o salário mediano). Segundo a metodologia usada pelo BdP, em 2025, o índice de Kaitz situou-se em 91%, sendo que já em 2024 registava o valor mais elevado dos países da zona euro.

Se por um lado, se tem verificado uma subida expressiva do salário mínimo nos últimos anos, registando como aspeto positivo o desagravamento das desigualdades salariais e até um crescimento do poder de compra real sobretudo desde 2018, por outro lado, os restantes salários não têm aumentado na mesma proporção, o que pode contribuir para a redução de incentivos para o investimento em formação, para a redução da produtividade no trabalho e, eventualmente, para o aumento da fraude.

A fim de demonstrar a compressão verificada, atente-se na tabela seguinte que apresenta, a título de exemplo, a comparação, de 2010 a 2025, do salário mínimo face à remuneração base de um Professor Adjunto (ensino politécnico) e de um Professor Auxiliar (ensino universitário).

Salário Mínimo Categoria Profissional	2010	2025	Variação %	Rácio Professor/Salário Mínimo	
				2010	2025
Salário Mínimo Nacional	475€	870€	83,16%	2010	2025
Professor Adjunto	3028,14€	3321,72€	9,7%	6,38	3,82
Professor Auxiliar	3191,82€	3501,28€	9,7%	6,72	4,02

Fonte: Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Os dados apresentados são bem reveladores do aumento do salário mínimo nacional em 15 anos (83,16%) face ao aumento dos salários dos professores (9,7%), sem considerar a taxa de inflação durante todo o período. Se em 2010 um Professor Adjunto auferia uma remuneração base 6,38 vezes superior ao salário mínimo, em 2025 essa relação era de apenas 3,82 vezes. Quando considerada a remuneração líquida, essa relação é, atualmente, pouco superior a 2,6 vezes.

Como anteriormente se referiu, esta compressão de salários aliada à taxa de inflação verificada ao longo dos anos e ao aumento do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares, sobretudo para aqueles que auferem salários mais elevados, pode ter as seguintes consequências:

- Desincentivar o investimento na formação académica e profissional ou levar a que pessoas com mais qualificação emigrem para outros países;
- Reduzir a produtividade, na medida em que podem sentir que o esforço não compensa. Para superarem a perda de compra acentuada ao longo dos anos, estas pessoas tendem a procurar uma atividade complementar, o que implica mais cansaço e desconcentração no seu emprego ou atividade principal;
- Aumentar a fraude, dado serem pessoas que ocupam cargos de maior responsabilidade e com poder de decisão nas organizações. Ao sentirem a redução significativa do poder de compra ao longo dos anos, poderão aceitar envolver-se em situações ilegais. Como diz o povo: “A ocasião faz o ladrão”.

A fraude pode mesmo ser uma séria consequência da compressão salarial. Assim, é cada vez mais imperioso que o poder político reveja as remunerações salariais do setor público e a carga fiscal daqueles que auferem salários mais elevados.